



**04 DE NOVEMBRO DE 2016**  
**Sexta-feira**

- CONFIANÇA DO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO VAI A MAIOR NÍVEL DESDE MAIO DE 2015
- EMPRESAS INVESTEM NO PARAGUAI DE OLHO NO MERCADO BRASILEIRO
- EMPRESAS REDUZEM PORTFÓLIO NA REPOSIÇÃO PARA SUPERAR A CRISE
- INDÚSTRIAS NEGOCIAM PREÇO, PRAZO E DESPESAS
- WEG BUSCA FECHAR EM 2017 PRIMEIROS CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO DE TURBINAS EÓLICAS
- ELÉTRICO, AUTÔNOMO, CONECTADO E COMPARTILHADO: CONHEÇA O CARRO DO FUTURO
- PORTO DE ANTONINA ARRENDA ÁREA PARA INDÚSTRIA, QUE INVESTIRÁ R\$ 20 MILHÕES
- ECONOMIA DO PARANÁ TERÁ REFORÇO DE R\$ 6,8 BILHÕES COM O 13º SALÁRIO
- INFLAÇÃO DA BAIXA RENDA SOBE 0,18% EM OUTUBRO, APONTA FGV
- GOVERNO DEVE ENVIAR NOVA MEDIDA PROVISÓRIA PARA REVER INSS
- REVISÃO DE BENEFÍCIOS DO INSS CORRE RISCO
- TRABALHADOR QUE DEIXOU DE CONTRIBUIR PODE VOLTAR A TER AUXÍLIO DO INSS
- BRASIL DEVE RECEBER US\$ 120 BI NO ANO QUE VEM, DIZ IIF
- IPC-FIPE SOBE 0,27% EM OUTUBRO E DEIXA INFLAÇÃO ACUMULADA NO ANO EM 5,62%
- BRASIL JÁ COMPLETOU AJUSTE NAS CONTAS EXTERNAS, DIZ IPEA
- VICE-PRESIDENTE DE MARKETING DA NEODENT É INDICADO PARA O PRÊMIO DA ADVB/PR
- BENEFÍCIO REFEIÇÃO NÃO DURA ATÉ O FINAL DO MÊS PARA 81% DOS TRABALHADORES
- PEC DO TETO DEVE AUMENTAR DESIGUALDADE SOCIAL, DIZEM ECONOMISTAS
- DECISÃO NO STF PODE MUDAR CONTRATAÇÃO NO ANO QUE VEM
- FLUXO DE CAPITAL PARA O BRASIL DEVE CRESCER E ATINGIR US\$ 120 BI EM 2017

- FUNDO DE INVESTIMENTOS DO FGTS QUER VENDER PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS
- MERCADO: FIAT TORO GANHA MOTOR TIGERSHARK 2.4 FLEX
- RENAULT CONFIRMA QUE VAI MONTAR CARROS NO PAQUISTÃO
- REINO UNIDO PRECISARÁ OFERECER INCENTIVOS ÀS MONTADORAS
- AÇO E MINÉRIO DE FERRO SOBEM NA CHINA COM DEMANDA FIRME
- EQUATORIAL DIZ QUE ANALISA POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS, INCLUSIVE NOS ATIVOS DA ABENGOA
- ENTREVISTA: ALIANÇA DO PACÍFICO É MELHOR PARA O BRASIL DO QUE O MERCOSUL, AVALIA ROBERT LAWRENCE
- PMI APONTA PRIMEIRA ALTA DE NOVOS NEGÓCIOS EM 19 MESES
- CAMPANHA BUSCA COMBATER SONEGAÇÃO NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS
- NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE QUE TRATA DA CONTABILIDADE DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS É ALTERADA

<b>CÂMBIO EM 04/11/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,229	3,229
<b>Euro</b>	3,5882	3,589

**Fonte: BACEN**

## **Confiança do micro e pequeno empresário vai a maior nível desde maio de 2015**

04/11/2016 – Tribuna PR

O Indicador de Confiança da Micro e Pequena Empresa de Varejo e Serviços (ICMPE) atingiu 50,6 pontos em outubro, maior nível desde maio de 2015. O indicador, calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), estava em 38,7 pontos em outubro do ano passado.

O levantamento leva em conta a percepção econômica dos últimos seis meses e as expectativas econômicas dos MPEs e mostrou que 71,1% dos empresários consideram que houve piora na economia do último semestre. Além disso, 56,9% afirmaram que seus negócios também pioraram, sendo a crise o principal motivo.

Em relação às perspectivas econômicas, 53,2% dos MPEs de varejo e serviços se declararam confiantes com o futuro da economia brasileira. Em outubro de 2015, esse item registrava 31%. Dos que se disseram pessimistas a respeito da economia, 34,1%

afirmaram ser por causa das incertezas políticas. Em relação ao próprio negócio, 69% se mostraram confiante.

## **Empresas investem no Paraguai de olho no mercado brasileiro**

04/11/2016 – GS Notícias

Campagnolo, da Fiep: investimentos no país vizinho são resultado natural de parceria para produção complementar Os planos de investimentos da Paranatex, grupo que engloba uma indústria têxtil e uma rede de lojas de tecido, estão em compasso de espera.

Eros Felipe, diretor-presidente da empresa, aguarda uma reação maior do mercado brasileiro para tirar do papel os planos de montar uma nova fábrica. Apesar de depender do que indica o termômetro do consumo doméstico, a expansão não deve acontecer em território brasileiro, mas sim no Paraguai.

Felipe conta que a empresa já tem um terreno comprado na região metropolitana de Assunção para a nova fábrica, que deverá resultar de início em 200 postos de trabalho e em uma nova linha de produção para o grupo. Com sede em Apucarana, no norte paranaense, a empresa fabrica tecido de sarja para vestuário e decoração. No Paraguai, planeja inaugurar a produção de jeans.

A Paranatex não é a única empresa que enxerga no Paraguai território para viabilizar investimentos. Nos últimos anos o movimento brasileiro de levar negócios ao país vizinho se intensificou. Segundo o Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai, no início do governo do atual presidente Horacio Cartes, em agosto 2013, havia 46 empresas na chamada lei de maquila, das quais 57% eram brasileiras.

Hoje são 117 companhias, sendo 80% brasileiras. Entre outros, a lei de maquila é um dos grandes atrativos do Paraguai por permitir suspensão do imposto de importação para matérias-primas e máquinas e equipamentos, desde que a produção seja voltada à exportação.

Dentro dessa lei as empresas recolhem ao Fisco paraguaio 1% do faturamento gerado com os embarques. Cerca de 60% das exportações das maquiladoras paraguayas têm como destino o Brasil. O incentivo vem efetivamente impulsionado as exportações dessas indústrias. Desde 2013, as empresas da maquila paraguaia exportaram US\$ 900 milhões.

De janeiro a setembro as exportações totais das maquiladoras acumularam US\$ 232,79 milhões, com alta de 8% sobre igual período de 2015, segundo informações do governo paraguaio. A expectativa de Assunção é superar os US\$ 300 milhões até o fim do ano.

No ano passado foram US\$ 284 milhões. Do lado do Brasil é possível ver o efeito nas importações de origem paraguaia. As compras de bens do país vizinho pelo Brasil cresceram 30% de janeiro a setembro contra iguais meses do ano passado, desempenho impressionante num período em que os desembarques totais do país caíram 23% - sinal da recessão e do recuo da capacidade de consumo brasileiro.

Os produtos agrícolas ainda dominam a pauta brasileira de importação origem Paraguai e de forma agregada são os responsáveis pela elevação de desembarques. Mas dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) mostram que o desempenho de alguns manufaturados se destaca na lista dos principais produtos, por crescer em ritmo explosivo.

A compra de edredons, almofadas, travesseiros e pufes do Paraguai saltou de US\$ 50,3 mil de janeiro a setembro do ano passado para quase US\$ 1 milhão este ano. Camisas de malha para uso feminino saíram de US\$ 24 mil para também perto de US\$ 1 milhão.

A importação made in Paraguai de "outros artefatos de malha" saltou 779% em igual período enquanto "acessórios para tubos de alumínio" cresceram 466% e "meias-calças e assemelhados", 169%.

O desempenho atípico das importações origem Paraguai é o resultado de investimentos realizados nos últimos cinco anos por empresas brasileiras no país vizinho e intensificado no governo do presidente paraguaio Horacio Cartes, dizem analistas.

"Esse nível de importações num ano em que a moeda brasileira passou por grande desvalorização em relação ao dólar certamente está relacionado às empresas brasileiras que colocaram parte de sua produção no Paraguai", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Castro explica que as empresas, por determinação da própria legislação de maquila que atrai as empresas ao Paraguai, não produzem para o mercado do país vizinho, mas para a exportação e, no caso, para atender a demanda do mercado brasileiro. Para Castro, com a valorização do real frente ao dólar, a tendência é de as importações made in Paraguai crescerem mais ainda.

"O limite será apenas uma questão da capacidade de produção no Paraguai e da capacidade de consumo do mercado doméstico." Sarah Saldanha, gerente de serviços de internacionalização na Confederação Nacional da Indústria (CNI), destaca que os investimentos brasileiros no Paraguai passam por uma nova fase atualmente. Ela lembra que a entidade iniciou missões de investimento para o país vizinho em 2013 e no início as empresas que lá se instalavam eram grandes companhias, como as do setor automotivo.

Atualmente os setores de atividade se diversificaram e os paraguaios têm conseguido atrair também empresas de médio porte. Ao mesmo tempo em que diversificou a atração de empresas por porte e setor de atividade, o Paraguai conseguiu manter o interesse das grandes companhias.

Em setembro, a fabricante de brinquedos Estrela informou ao mercado que o acionista controlador e seu diretor de marketing constituíram no Paraguai uma sociedade denominada Estrella del Paraguay, que passará a fornecer brinquedos para a empresa e outras companhias, no Brasil e na América do Sul.

A companhia informou que vai estabelecer contratualmente as condições de fornecimento da operação, de modo que os brinquedos importados do Paraguai passem a substituir parte dos brinquedos atualmente importados da China.

"O Paraguai tem viabilizado investimentos com condições que tornam as empresas mais ágeis e mais competitivas", diz Edson Campagnolo, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Ele acredita que num período como o atual, de recessão da economia brasileira, as empresas tendem a olhar para fora e procurar alternativas para melhorar as condições externas. Muitas delas, diz, para evitar fechar as portas, já fizeram internamente tudo o que era possível.

O presidente da Fiep lembra que até mesmo as empresas menores têm conseguido encontrar condições de investimentos em locais organizados como condomínios

industriais no Paraguai, onde se pode reduzir custos de investimento em infraestrutura. Campagnolo defende que não devem prevalecer as críticas pelas quais a ida de empresas ao Paraguai faz com que investimentos e empregos sejam realizados e criados no país vizinho e não no Brasil.

"Esses investimentos são resultado natural de uma parceria para a formação de produção complementar", argumenta. "Isso tem dado fôlego às empresas brasileiras num momento em que elas estão fechando portas ou foram induzidas nos últimos anos à importação de produtos asiáticos."

A Paranatex, que estuda produzir jeans no Paraguai para atender o mercado brasileiro, já tem um pé na capital paraguaia. Uma das seis lojas varejistas do grupo vende em Assunção os tecidos hoje produzidos na fábrica brasileira.

Inaugurada há cerca de um ano, a loja ainda não retornou o investimento feito, mas atingiu o equilíbrio financeiro em quatro meses de operação, contribuindo de forma positiva para o crescimento do faturamento do grupo como um todo, diz o diretor-presidente, Eros Felipe. O desempenho da loja paraguaia é melhor que o esperado.

"No Brasil as lojas demoram um ano a um ano e meio para chegar a esse equilíbrio."

Além da evolução da economia paraguaia, que cresce este ano, diferentemente da brasileira, contribuiu para o bom resultado da loja em Assunção, diz Felipe, o fato de oferecer um produto relativamente novo no país. Para os jeans que planeja produzir no Paraguai, diz Felipe, a ideia não é abastecer apenas o mercado brasileiro, mas também embarcar para países da América do Sul e Central e Estados Unidos, que hoje já são destinos para a sarja fabricada no Paraná. Atualmente a empresa embarca 15% de sua produção.

A ideia é, mesmo com a valorização mais recente do real frente ao dólar, manter o volume de exportação e, com o jeans, diversificar a clientela no exterior e também dentro do Brasil.

Não é somente a lei de maquila que leva os brasileiros ao Paraguai. A energia mais barata é outro chamariz para as empresas brasileiras que vão ao país vizinho em busca de custos de produção mais baixos, além dos benefícios tributários, diz Castro, da AEB.

Claudio Gomes, consultor da Braspar, que presta consultoria para empresas interessadas em investir no Brasil, ressalta que o encargo social no Brasil ultrapassa 100% do salário do empregado enquanto no Paraguai esse custo é de 30%, considerando o décimo terceiro salário e 12 dias de férias (concedido para contratados até cinco anos).

## **Empresas reduzem portfólio na reposição para superar a crise**

04/11/2016 – DCI



Fabricantes de autopeças da reposição estão se ajustando para superar a crise, apesar do segmento ainda apresentar expansão. Entre as medidas adotadas principalmente

por pequenos e médios estão o enxugamento do portfólio e a gestão do capital de giro.

A paulistana Attow, que fabrica componentes para o mercado de veículos pesados, precisou se readaptar à nova realidade do segmento de reposição. De acordo com o gerente comercial da empresa, Paulo Mosna, além da redução de custos na unidade produtiva, a empresa está trabalhando com um estoque mais limitado.

"Estamos produzindo itens de maior giro, pois os clientes estão comprando menos", conta o executivo. Ele acrescenta que a Attow manteve o portfólio inalterado até o primeiro semestre deste ano.

"Mas com a retração generalizada da economia, o mercado ficou ainda mais acirrado e perdemos rentabilidade. Tivemos que fazer uma regulação mais apurada dos estoques", salienta.

Para o diretor de desenvolvimento e estratégia da consultoria MRA Automotive, Mario Morelli, um dos grandes problemas de pequenos e médios fabricantes de autopeças é a falta de foco na gestão do portfólio.

"Empresas de menor porte precisam gerir muito bem o seu capital de giro e estoques custam caro. Por isso, a otimização da oferta de produtos é tão importante", explica. Ele pontua que a decisão sobre o que produzir localmente e o que importar também é essencial na estratégia da empresa.

"Gestão é um ponto crítico de pequenos e médios, que geralmente são empresas familiares sem uma sucessão bem definida. Quando a crise aparece, os problemas ficam ainda mais evidentes", avalia Morelli.

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), o segmento de reposição vem aumentando ano a ano a participação no faturamento total do setor. Até agosto (dado mais atualizado da entidade), o faturamento nominal do after market cresceu 3,6% em relação a igual período de 2015.

No entanto, o mercado espera uma retomada mais consistente só a partir de 2017. "O volume de negócios só deve voltar a crescer no segundo semestre do ano que vem", acredita o gerente da Attow.

#### Defasagem

Para o presidente da empresa de automação Cydak, Clóvis Rueda, os níveis 2 e 3 da cadeia automotiva (que fabricam peças e componentes) pouco investem em tecnologias que contribuem para o aumento da produtividade, o que acaba sendo crucial especialmente em momentos de crise.

"No Brasil, não há uma cultura que estimule o investimento em automação. Como a economia oscila demais, na crise os pequenos e médios são os mais afetados", pontua.

De acordo com o gerente nacional de vendas de reposição da MRA Automotive, José Rubens, por muito tempo os fabricantes locais ficaram dependentes das quatro grandes montadoras (Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford).

"Muitos não se modernizaram para atender adequadamente às outras marcas que chegaram ao País."

O consultor avalia que os grandes desafios destas empresas serão a gestão do capital, que continuará escasso, além do gerenciamento de escala e pessoas. "Uma boa

solução seria a consolidação dessa indústria, ou seja, um forte movimento de fusões e aquisições", destaca.

No after market, a rentabilidade costuma ser maior, justamente pelo poder de barganha das montadoras. Por isso, na visão de Rubens, a reposição tem uma resiliência maior.

"Estas empresas terão mais facilidade para enfrentar o cenário." Porém, a logística continuará sendo um desafio já que o Brasil possui dimensões continentais, comenta Rubens. "Fabricantes de grande porte têm mais capilaridade e conseguem gerenciar melhor seus custos logísticos", diz.

De olho nessa característica do mercado, os executivos da MRA resolveram oferecer pacotes de serviços que incluem principalmente a gestão comercial dos fabricantes de autopeças, em âmbito nacional.

"Detectamos essa dificuldade na área de vendas das empresas do setor e resolvemos atuar nesse negócio com uma equipe altamente especializada, com décadas de experiência", garante Morelli.

Na sua visão, os fabricantes dos níveis 2 e 3 da cadeia estão apenas sobrevivendo. "A maioria das empresas de reposição devem conseguir atravessar a crise, mas aquelas que atuam só com montadoras vão continuar sangrando."

## **Indústrias negociam preço, prazo e despesas**

04/11/2016 – DCI

***O setor industrial acumulou queda de 7,8% entre janeiro e setembro sobre um ano antes e busca estratégias para reduzir custos enquanto negocia com clientes e fornecedores de olho em 2017***



O setor industrial já começa a colocar na conta que a recuperação da atividade virá só no ano que vem. Diante dos desafios enfrentados nos três trimestres de 2016, indústrias negociam prazos e preços com fornecedores e clientes para reduzir os impactos da crise.

A produção industrial caiu 7,8% entre janeiro e setembro em comparação com o mesmo período de 2015, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na terça-feira (1º). Em setembro, a indústria recuou 0,5% sobre agosto e 4,8% frente a igual mês do ano passado.

O professor de economia do Mackenzie, Pedro Raffy Vartanian, acredita que a mudança de ritmo deve ocorrer entre o segundo e o terceiro trimestre de 2017. "Primeiro a indústria irá acabar com os estoques antes de aumentar a produção. Isso levará algum tempo para acontecer", diz.



A perspectiva vem de informações sobre baixo nível de compra de insumos, redução de investimentos e menor uso da capacidade instalada, de acordo com especialistas. Para se ter uma ideia, em setembro o setor industrial utilizou apenas 76,9% da capacidade instalada. No mês passado, o uso do parque fabril chegou a 77,2% e um ano antes estava perto de 78%.

"É desafiador realizar reduções [de custos] enquanto produzimos volumes menores e temos ociosidade na fábrica", comentou o diretor de finanças e relações com investidores da Grendene, Francisco Schmitt em teleconferência com analistas. A calçadista tem capacidade para produzir 250 milhões de pares de calçados por ano, mas atualmente fabrica 180 milhões de pares.

#### Logística

A M. Dias Branco também conteve despesas, principalmente relacionadas ao transporte de mercadorias, segundo o diretor vice-presidente de investimentos e controladoria da companhia, Geraldo Mattos Júnior. "Nossas despesas foram muito contidas nesse sentido. A oferta deste tipo de serviço contribuiu para que fizéssemos boas negociações", afirmou durante teleconferência com analistas na terça-feira (1º). A gestão de custos contribuiu para a empresa alcançar lucro líquido de R\$ 269,6 milhões entre junho e setembro, alta de 63,4% sobre o terceiro trimestre do ano passado.

Outra que adotou medidas de gestão logística para reduzir custos foi a Hypermarchas. "Conseguimos negociar com as seguradoras e aumentar o limite de carga por caminhão, contratando menos frete. Nosso foco está na disciplina com despesas", revelou o presidente da empresa, Cláudio Bergamo, durante divulgação dos resultados do terceiro trimestre.

#### Revisões

Já a Ambev optou por redefinir o guidance para o mercado brasileiro neste ano, afirmaram executivos da companhia em teleconferência com analistas, sem revelar valores. "Não prevemos crescimento de receita líquida e vamos reduzir investimentos", afirmou o diretor-geral da companhia, Bernardo Pinto Paiva.

Além disso, a gigante do setor de bebidas também postergou o aumento de preço para o último trimestre do ano e reafirmou o foco no desenvolvimento das garrafas retornáveis, que já representam 25% do volume vendido da Ambev.

A Natura, por sua vez, vai intensificar seus esforços na venda de itens "com maiores condições de competição", contou o vice-presidente de finanças da empresa, José Roberto Lettiere. Segundo ele, a companhia quer recuperar participação de mercado, mas está ciente das dificuldades.

Em função disso, a empresa tem apostado na gestão de estoques e de pagamentos para recuperação a operação.

### **WEG busca fechar em 2017 primeiros contratos de exportação de turbinas eólicas**

04/11/2016 – DCI

A fabricante de motores e equipamentos para energia WEG tem prospectado mercados para exportar turbinas eólicas produzidas em sua fábrica de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, com o objetivo de fechar os primeiros contratos já em 2017, afirmou à Reuters um executivo da companhia.

O movimento da empresa rumo ao mercado internacional foi guiado por uma menor demanda pelas máquinas no Brasil, onde o ritmo de contratação de novas usinas de energia caiu em meio a um menor consumo decorrente da crise econômica.



Os primeiros alvos das vendas externas serão países nas Américas nos quais a WEG já possui unidades fabris que poderiam agregar conteúdo local às turbinas eólicas brasileiras, explicou o diretor de energia eólica da WEG, João Paulo Gualberto.

"As Américas são nosso primeiro alvo... estamos começando a prospectar no Peru, Colômbia, Argentina, México, Estados Unidos. É uma questão de tempo... nosso objetivo é procurar fechar alguns contratos, ou pelo menos um, ainda em 2017", afirmou o executivo.

Segundo ele, esses negócios visariam entregas após 2018, uma vez que até lá a fábrica da companhia já está totalmente ocupada com vendas internas viabilizadas nos últimos anos, quando o mercado eólico do Brasil ainda estava fortemente aquecido.

"O que a crise brasileira fez foi antecipar nossa planejada saída para o mercado externo", afirmou Gualberto.

Ele disse que outro mercado no radar da companhia é o africano, onde a WEG poderia aproveitar suas fábricas de transformadores e painéis na África do Sul para agregar conteúdo local às turbinas.

A empresa, maior fabricante de motores elétricos da América Latina, também possui unidades na Argentina, Colômbia, México, além dos Estados Unidos, entre outros países.

"A fabricação primeiramente, evidentemente, seria no Brasil... não iríamos fazer uma fábrica nova... O que queremos é utilizar nossa plataforma de fábricas existentes para maximizar as possibilidades de fechar negócios, oferecendo algum tipo de conteúdo local em diferentes graus, em função de nossa presença industrial", detalhou o diretor.

Em 2015, a WEG teve 25 por cento de seus equipamentos produzidos e vendidos no exterior, enquanto 32 por cento foram produzidos no Brasil e comercializados no mercado externo.

A companhia produz motores e painéis elétricos, além de transformadores e equipamentos de geração e transmissão e distribuição de energia.

## NEGÓCIO EM ALTA

Segundo Gualberto, as turbinas eólicas da WEG têm apresentado bom desempenho e gerado um faturamento interessante para a companhia, que é a única fabricante de aerogeradores brasileira e concorre no setor com grandes nomes da indústria global, como a norte-americana GE, a alemã Siemens e a dinamarquesa Vestas.

A WEG começou a preparar a entrada no mercado de aerogeradores em 2010, quando fechou uma parceria com o grupo espanhol MTOI.

Em 2013, a companhia trocou a parceria com os espanhóis por um acordo tecnológico com a norte-americana Northern Power Systems (NPS), que desenvolve e fabrica turbinas eólicas de grande porte.

Mas o passo mais ousado da companhia na expansão em energia eólica foi dado na última semana, quando a WEG anunciou a compra da NPS, por um valor não revelado.

"Com isso a WEG passou a ter todas propriedades intelectuais e patentes... é um movimento estratégico para continuar o desenvolvimento da família de aerogeradores que agora podemos chamar de WEG. Uma das principais razões dessa aquisição é para que a gente possa levar essa plataforma para outros países", afirmou Gualberto.

O diretor também comentou que o atual patamar do câmbio, de cerca de 3,20 reais por dólar, é favorável às exportações brasileiras.

"Diria que até 3 reais (por dólar) é um nível de câmbio em que, se você tiver uma boa estrutura fabril, com uma boa cadeia de fornecedores, dá para exportar a partir do Brasil", apontou.

## **Elétrico, autônomo, conectado e compartilhado: conheça o carro do futuro**

04/11/2016 – Gazeta do Povo



Entrar no seu carro e dirigir até o trabalho enquanto dá aquela olhadela no smartphone; passar no posto de gasolina; perder tempo precioso em busca de uma vaga para estacionar. Esqueça tudo isso. Dentro de cinco ou dez anos, no máximo, o nosso modo de ir e vir será totalmente reconfigurado por veículos elétricos, autônomos, conectados e compartilhados que prometem tornar os carros que conhecemos tão obsoletos quanto uma carroça. Parece exagero, mas esta revolução já começou e, cedo ou tarde, vai chegar por aqui.

Os veículos de um futuro bem próximo caminham para rodar apenas com energia elétrica e nenhuma interferência humana. A evolução da tecnologia vai permitir ao motorista tirar os olhos da estrada e fixá-los em outros conteúdos e distrações enquanto é levado ao seu destino.

O pano de fundo desta revolução tecnológica é uma mudança igualmente importante no comportamento das novas gerações de consumidores, que tem levado as empresas a buscarem novos modelos de negócios para se adaptar ao fim do veículo como um objeto de consumo e a clientes ultraconectados.

"Uma parcela crescente de consumidores já se sente confortável para dividir o automóvel com outras pessoas, principalmente em mercados mais desenvolvidos e maduros", avalia Marcelo Cioffi, sócio da PWC Brasil.

"Em vez de comprar um carro para ficar boa parte do tempo ocioso, o consumidor vai adquirir um pacote de mobilidade adaptado ao seu perfil. Isso significa menos veículos nas ruas, menos congestionamentos, menos emissões", argumenta Wanderlei Marinho, professor convidado de pós-graduação em engenharia automotiva do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT).

### **Pontapé**

Pelo lado da fronteira tecnológica, o pontapé desta revolução que colocou de ponta cabeça a indústria automobilística mundial começou no ecossistema do Vale do Silício, pelas mãos do Google, com seu projeto de carro 100% autônomo, e, especialmente da Tesla.

Ao lançar seu primeiro veículo elétrico com produção em série – o sedã de luxo Model S – a empresa criada em 2003 deu o primeiro passo em direção à popularização dos carros elétricos.

O novo salto veio no ano passado, quando a fabricante introduziu em seus modelos comerciais um sistema semiautônomo de direção, o Autopilot, que pode assumir até

90% das funções de direção do veículo, embora não descarte a presença de um motorista.

“A Tesla não é uma montadora tradicional, como as outras. Ela está na vanguarda das inovações tecnológicas e tendências dessa indústria, e despertou todo o setor para isso”, afirma o engenheiro Ricardo Takahira, membro da Comissão Técnica de Veículos Elétricos e Híbridos da Sociedade de Engenheiros da Mobilidade (SAE) Brasil.

Para Cioffi, a fabricante materializa o conceito de internet das coisas, inteligência artificial e indústria 4.0, que são os fios condutores dessa revolução tecnológica do setor.

FABRICE COFFRINI/AFP

As montadoras centenárias, por sua vez, já entenderam que é preciso ir além de fabricar carros. Sozinhas ou em parceria com empresas de tecnologia, cada uma no seu quadrado e com sua expertise, entraram para valer na corrida da eletromobilidade, direção autônoma, conectividade e compartilhamento de veículos.

Pelo menos 19 empresas apresentaram modelos dirigidos por computador no Salão de Paris, onde os autônomos foram sensação. Na opinião de Marinho, a corrida é menos tecnológica e mais estratégica, por novos modelos de negócio que atendam as necessidades dos consumidores.

De olho na mudança de perfil das novas gerações, as empresas também estão investindo em serviços de transporte e plataformas de compartilhamento de veículos. O Grupo PSA (Peugeot e Citroën e DS) lançou o Free2Move.

A Mercedes-Benz tem o Car2Go. Pelo lado da conectividade, lançou a iniciativa Community Base Parking, que usa a comunicação entre veículos para encontrar vagas de estacionamento. A Ford fez parceria com uma empresa de compartilhamento de bicicletas.

### ***Os novos negócios das montadoras***

De olho na mudança de perfil do consumidor, as montadoras estão investindo pesado em novos modelos de negócios. Veja alguns exemplos:

- A alemã Mercedes-Benz foi a primeira montadora a apostar no compartilhamento de veículos, ao criar, em 2008, o Car2Go. O serviço está presente em 29 cidades da Europa, Estados Unidos, China e Canadá, com 1,2 milhão de clientes. Tudo por um aplicativo de celular. Pelo lado da conectividade, lançou a iniciativa Community Base Parking, que usa a comunicação entre veículos para encontrar vagas de estacionamento.

- A GM investiu US\$ 500 milhões no aplicativo de caronas Lyft, o maior rival do Uber nos Estados Unidos. Além disso, criou uma nova unidade de negócios, a Maven, que reúne os serviços de mobilidade oferecidos pelo grupo em parceria com empresas de tecnologia, incluindo um projeto de carros compartilhados.

- A norte-americana Ford lançou em São Francisco, na Califórnia, um projeto de compartilhamento de bicicletas elétricas facilmente dobráveis que podem ser carregadas no metrô ou no ônibus.

Além disso, lançou um serviço de vans de transporte e comprou uma participação em um fabricante de sensores a laser, de olho no carro autônomo. Todos esses novos empreendimentos estão agrupados na Ford Smart Mobility.

- A montadora sueca Volvo se aliou ao Uber para desenvolver veículos autônomos em um investimento que soma US\$ 300 milhões. A montadora também fez uma joint

venture com a Autoliv para desenvolver sistemas de direção autônoma e semiautônoma.

- A japonesa Toyota fechou um acordo com o Uber para investimento em um serviço de transporte privado com o nome da marca japonesa. O serviço vai disponibilizar opções flexíveis de aluguel de veículos da montadora. A Toyota também tem uma parceria com a Microsoft, focada no desenvolvimento de serviços de veículos conectados à internet.

- A Volkswagen adquiriu participação acionária do rival do Uber na Europa, o aplicativo israelense de caronas Gett, e vai aportar US\$ 300 milhões para financiar o crescimento do app na Europa e em Nova York. O Gett já opera em cerca de 70 cidades em todo o mundo.

- A Fiat Chrysler fez uma parceria com o Google, que desde 2009 desenvolve um projeto de carro autônomo. Juntas, as empresas vão produzir 100 minivans autônomas para testes em cidades dos Estados Unidos. Na cidade de Milão, na Itália, a Fiat possui a Enjoy, empresa de compartilhamento de veículos.

- Em Paris, o grupo PSA, que reúne as marcas Peugeot, Citroën e DS, apresentou sua nova marca de veículos tecnológicos, o Free2Move, focada em serviços de mobilidade. Além de serviços de compartilhamento de veículos, a FreeMove tem serviços de gestão de frotas empresariais.

### **Porto de Antonina arrenda área para indústria, que investirá R\$ 20 milhões**

04/11/2016 – Bem Paraná

O governador Beto Richa assinou nesta quinta-feira (3), no Palácio Iguazu, o contrato de arrendamento de uma área de 32 mil metros quadrados no Porto de Antonina, que será destinada à instalação de uma indústria de metal-mecânica. Esta foi a primeira licitação para arrendamento de uma área em todo o Brasil em conformidade com a nova Lei dos Portos, promulgada em 2013.

Localizada ao lado do terminal Barão de Teffé, a área foi arrendada pela Vetor Tecnologia, empresa vencedora da licitação para explorar por 20 anos, que podem ser prorrogados por mais 20. Os investimentos mínimos previstos, segundo um estudo de viabilidade técnica e econômica elaborado pelo porto, devem ser de R\$ 20 milhões. A expectativa é de que a indústria seja construída em dois anos e que crie mais de 100 novos empregos.

“É uma parceria importante para gerar empregos e levar o desenvolvimento a Antonina e ao Litoral paranaense”, afirmou o governador. “Mais uma vez os portos paranaenses saem na frente. Vemos hoje evoluções diárias nos portos de Paranaguá e Antonina”, disse ele. O arrendamento da área está contemplado no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Antonina e faz parte do planejamento do porto para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

DINAMIZA - Para o secretário da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, a exploração de uma área até então ociosa se reflete em desenvolvimento para Antonina. “O município volta a viver momentos bem melhores, com novos investimentos, geração de empregos diretos e indiretos. O porto movimenta e traz uma mudança significativa a essa região”, disse ele.

O diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, disse que a instalação de uma empresa de metal-mecânica é importante para a região. “É um setor que habitualmente fornece material ou serviços para as empresas de exploração de gás e petróleo em alto-mar”, explicou.

**INSTALAÇÕES** – Segundo o CEO da Vetor Tecnologia, Lauro Mathias Neto, a unidade que será instalada em Antonina vai fabricar e fazer pré-montagem de estruturas metálicas, tubulações, tanques, tetos flutuantes e equipamentos gerais em aço, inox e alumínio.

A empresa também vai utilizar o espaço para explorar os mercados de reparos navais e transporte de equipamentos da indústria off-shore, envolvendo a economia local como um todo. “Vamos realocar uma série de atividades fabris da empresa para Antonina, garantindo a geração de novos empregos para a cidade”, afirma Mathias Neto.

“Temos uma visão estratégica de aumentar nossa área de atuação. Além das atividades voltadas ao ramo petroquímico, vamos avançar na reforma e no transporte de equipamentos prontos pelo porto”, disse o diretor técnico comercial da Vetor Tecnologia, Raphael Araújo de Oliveira.

**PRESENCAS** – Participaram da solenidade o diretor do Porto de Antonina, Luís Carlos Souza, e o deputado estadual Tião Medeiros.

### **Economia do Paraná terá reforço de R\$ 6,8 bilhões com o 13º salário**

04/11/2016 – Bem Paraná



Até dezembro de 2016, estima-se que deverão ser injetados na economia dos principais municípios paranaenses R\$ 6,8 bilhões, em decorrência do pagamento do 13º salário. Este montante será pago aos trabalhadores do mercado formal.

Cerca de 2,3 milhões de paranaenses serão beneficiados com um rendimento adicional, em média, de R\$ 2.926,79. Estas são as estimativas do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Paraná.

Para a realização do estudo foram selecionados os municípios paranaenses com mais de 45 mil habitantes em 2016, de acordo com as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 01 de julho de 2016, deste modo, foram escolhidos 40 municípios do Paraná.

Para o cálculo do impacto, o Dieese leva em conta dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho. No caso da Rais, o Dieese considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, nos setores público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de 2015, acrescido do saldo do Caged do ano de 2016 (até agosto).

Em função da não disponibilidade de informações para o nível geográfico municipal, não foram considerados nos cálculos os seguintes segmentos: empregados domésticos com carteira; beneficiários – aposentados e pensionistas – do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); e aposentados e pensionistas pelo regime próprio da União e dos Estados e municípios.

Para efeito do cálculo, o Dieese não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho, que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses abonos, uma vez que esses dados são de difícil mensuração.

Além disso, não há distinção dos casos de categorias que recebem ao menos parte do 13º antecipadamente, por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

O valor de R\$ 6,8 bilhões a ser injetado na economia dos principais municípios paranaenses em decorrência do pagamento do 13º salário durante este ano representa um crescimento de 8,52% sobre o valor estimado para 2015 (R\$ 6,3 bilhões), além disso, o montante corresponde a 82,12% do total a ser injetado no mercado formal (celetista e estatutário) da economia paranaense em 2016.

O número de pessoas que receberá o 13º salário em 2016 é cerca de 2,5% menor ao calculado para 2015, no entanto, o valor médio a ser recebido aumentou 11,32%, passando de R\$ 2.629,14 para R\$ 2.926,79.

Analisando as cidades abrangidas no estudo, notamos a concentração dos valores a serem injetados na economia paranaense em poucos municípios, sendo que apenas três dos quarenta, Curitiba (40,25%), Londrina (5,40%) e Maringá (4,75%) respondem por 50,4% do total. O maior valor médio para o 13º deve ser pago em Araucária (R\$ 3.758,34) e o menor, em Santo Antônio da Platina (R\$ 1.735,10).

E por fim, realizando o comparativo entre 2016 e 2015, da evolução percentual do 13º na economia dos principais municípios do Paraná, notamos que, Telêmaco Borba foi o município que apresentou o maior crescimento percentual, com avanço de 27,60%, seguido por Prudentópolis com 17,88%. Por outro lado, Cornélio Procópio foi o único município analisado no estudo que teve queda no montante pago, redução de 0,54%.

### **Inflação da baixa renda sobe 0,18% em outubro, aponta FGV**

04/11/2016 – Tribuna PR

A inflação percebida pelas famílias de baixa renda registrou alta de 0,18% em outubro, após a queda de 0,08% observada em setembro, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) divulgado nesta sexta-feira, 4, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O indicador é usado para mensurar o impacto da movimentação de preços entre famílias com renda mensal entre um e dois e meio salários mínimos.

Com o resultado, o índice acumulou aumento de 5,95% no ano e avanço de 8,11% em 12 meses.

### **Governo deve enviar nova medida provisória para rever INSS**

04/11/2016 – Folha de S. Paulo

Para evitar uma interrupção na revisão de benefícios do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), o governo federal deverá enviar uma nova medida provisória ao Congresso Nacional para garantir a continuidade do pente-fino nos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Em julho, o governo publicou a MP 739, que determinou a revisão de 530 mil auxílios-doença e 1,2 milhão de aposentadorias por invalidez. O texto prevê o pagamento de um valor extra, por perícia realizada, aos médicos peritos do INSS.

O pente-fino começou em setembro e o objetivo é economizar cerca de R\$ 6 bilhões ao ano.

Por ser uma medida provisória, a iniciativa entrou em vigor, mas não chegou a ser votada nem pela Câmara dos Deputados nem pelo Senado Federal. Por isso, ela perde a validade nesta sexta-feira (4).

Na prática, o INSS pode continuar a revisar benefícios, mas, sem a aprovação da MP, o órgão não pode pagar valores adicionais para os médicos peritos que realizarem perícias extras, o que dificulta o fluxo das revisões.

A área técnica da Casa Civil chegou a considerar o envio de um projeto de lei, mas, com receio de que a demora de sua aprovação afetasse a revisão, decidiu enviar uma nova medida provisória, que deve ser publicada até a próxima segunda-feira (7).

No mesmo ano legislativo, o governo não pode enviar duas medidas provisórias com a mesma proposta. Por isso, o Palácio do Planalto deve fazer uma MP sobre outro tema e incluir no texto os termos da revisão dos benefícios por invalidez.

## **CRÍTICA**

Apesar de defender a necessidade de os benefícios serem revisados, como está previsto em lei, a Defensoria Pública da União (DPU) critica a medida provisória do governo e diz que a revisão está sendo feita de forma atropelada.

O defensor público-geral federal, Carlos Paz, destacou que o programa que revisa os benefícios "não nasceu descontextualizado de um cenário de uma meta econômica".

"No momento em que o governo diz que precisa, no total, economizar R\$ 6 bilhões com a revisão de benefício, não dá para ser muito crível que tudo isso venha de fraude, de irregularidade de concessão. Então supõe-se que isso possa gerar uma rigidez ainda maior na avaliação dos benefícios por incapacidade", afirmou à Folha.

A DPU argumenta que os procedimentos de revisão não estão claros no documento. O órgão defende, por exemplo, que sejam fixados prazos "razoáveis" para os beneficiários fazerem nova perícia, de forma que consigam reunir documentos e laudos médicos para comprovar a situação.

Para os defensores públicos, é necessário, ainda, que a agenda de revisão dos benefícios não atrapalhe o andamento dos outros processos, como o de pessoas que solicitam outros benefícios.

## **Revisão de benefícios do INSS corre risco**

04/11/2016 – Tribuna PR

O governo Michel Temer ainda não definiu de que forma vai garantir a continuidade na revisão dos benefícios previdenciários que começou em setembro, mas corre o risco de ser suspensa antes do prazo estipulado de dois anos para o fim do pente-fino.

O transtorno se deve ao fato de que a equipe do presidente não conseguiu aprovar no Congresso a medida provisória (MP) 739, que permitiu o pagamento de um bônus de R\$ 60 para cada uma das revisões de 530 mil auxílios-doença e 1,2 milhão de aposentadorias por invalidez. A economia estimada era de R\$ 6 bilhões ao ano.

Como não passou pelo crivo dos parlamentares, a MP "caduca" – perde a validade – nesta sexta-feira, 4, porque, embora tenha força de lei desde julho, quando foi editada, não foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



## **Projeto.**

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou, na semana passada, que o governo enviaria um projeto de lei com o mesmo teor. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantiu que colocaria "urgência" na tramitação do projeto, mas há medo de que a aprovação, neste fim de ano, demore mais do que o governo espera.

Não é possível enviar uma outra medida provisória porque uma regra proíbe ao Executivo de editar duas MPs com o mesmo teor. Uma saída seria colocar alguns termos da antiga MP em outra, estratégia chamada de "contrabando".

Até a noite desta quinta-feira, 3, porém, não havia uma decisão no Palácio do Planalto sobre que decisão tomaria. Procurado, o INSS não quis se pronunciar sobre o assunto. O órgão pode continuar a fazer a revisão, mas o bônus não estará garantido aos peritos, uma vez que foi a medida provisória que o autorizou.

Francisco Eduardo Cardoso Alves, presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), disse que o governo deu a palavra de que os bônus referentes às perícias de revisão feitas nesses 120 dias de vigência da MP serão pagos. "Estamos aguardando uma decisão do que acontecerá daqui para a frente. O governo ainda não chegou a uma conclusão de como garantir a revisão desses benefícios", afirmou.

Alves disse que a média de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez que foram cancelados porque os trabalhadores estavam aptos a trabalhar continuou em 80%.

## **Regras**

Além do pente-fino, com a queda da MP, regras menos rígidas passarão a valer para os trabalhadores que deixaram de contribuir ao INSS terem direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade. A partir de sábado, voltarão as exigências de antes da MP.

Para ter direito ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez, por exemplo, serão precisos apenas quatro meses de contribuição depois de ter parado por um período – a MP aumentava esse tempo para 12 contribuições. No caso de auxílio-maternidade, bastarão três contribuições – e não mais dez, como exigido pela MP. Essas regras são para trabalhadores que tenham, no mínimo, um ano de contribuição, mas que deixaram de contribuir por um tempo e retornaram depois.

O advogado especialista em direito previdenciário Rômulo Saraiva afirma que os trabalhadores que tiveram algum desses benefícios recusados pela quantidade de contribuições – e não pela ausência de incapacidade – pode agendar uma nova perícia. No entanto, é preciso esperar 30 dias.

Se o Congresso não aprovar um decreto legislativo referendando os dispositivos da medida provisória no período em que ela vigorou, há a possibilidade de se questionar na Justiça todas as decisões do INSS tomadas com base nas regras da proposta que não foi aprovada no Congresso.

## **Trabalhador que deixou de contribuir pode voltar a ter auxílio do INSS**

04/11/2016 – Folha de S. Paulo

Os trabalhadores que deixaram de contribuir com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e perderam o direito à cobertura terão mais facilidade para conseguir o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e o salário-maternidade.

A partir de sábado, devem voltar a valer as regras antigas do INSS, modificadas em julho pela publicação da medida provisória 739.

Assim, o trabalhador que deixou de contribuir com o INSS e perdeu a chamada "qualidade de segurado" poderá receber o auxílio-doença após pagar quatro novas contribuições. Desde julho, a exigência eram 12 novos pagamentos. Para a aposentadoria por invalidez valerá a mesma regra.

Já para o salário-maternidade, a exigência cairá de dez para três contribuições ao INSS.

Em todos os casos, o segurado precisa ter, no mínimo, 12 contribuições para receber o auxílio.

Enquanto mantém a qualidade de segurado, o trabalhador tem direito à cobertura previdenciária. O segurado perde a cobertura quando fica de seis meses a três anos sem contribuir — o período exato que ele pode ficar sem pagar o INSS varia de acordo com o tipo de contribuição e o número de pagamentos que já fez à Previdência.

### **LEI**

As mudanças nas regras ocorrerão porque a MP 739 tem validade até sexta-feira (4). Como não foi votada pelo Congresso, ela perde a força de lei e voltam a valer as regras antigas.

O advogado previdenciário Roberto de Carvalho Santos diz que, no dia 5, o segurado já pode agendar um novo pedido de perícia para ter o auxílio. "É importante que a negativa da época tenha sido por causa do número de contribuições e não porque o perito considerou que não havia incapacidade", diz.

No entanto, ele lembra que, para fazer esse novo pedido, o trabalhador que já passou por perícia tem de esperar 30 dias, contados da data da negativa do médico.

A advogada Adriane Bramante afirma que, dependendo do que ficar decidido pelo Congresso, o segurado poderá entrar com uma ação de cobrança pedindo os atrasados pelos direitos negados na vigência da MP.

Tanto ela quanto Santos dizem que, se não houver um decreto legislativo sobre a validade da medida, tudo o que ocorreu de julho até agora poderá ser questionado na Justiça.

## **Brasil deve receber US\$ 120 bi no ano que vem, diz IIF**

04/11/2016 – Tribuna PR

O fluxo líquido de capital externo privado para o Brasil deve subir para US\$ 120 bilhões em 2017, segundo previsão do Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo e com sede em Washington. O montante representa avanço de 9% em relação ao esperado para 2016.

A projeção do IIF é que os fluxos de capital, que incluem investimento estrangeiro direto, aplicações em ações e renda fixa e entre bancos, deve fechar 2016 em US\$ 110 bilhões. O número representa melhora ante 2015, quando os aportes externos ficaram em US\$ 103 bilhões.

Para que a melhora esperada dos fluxos de capital estrangeiro se verifique, o governo precisa dar continuidade às reformas na economia, principalmente do lado fiscal, de acordo com o IIF.

“Os fluxos de capital para o Brasil estão revivendo, atraídos por menor risco político e avanço na política econômica”, ressalta o relatório.

## **IPC-Fipe sobe 0,27% em outubro e deixa inflação acumulada no ano em 5,62%**

04/11/2016 – Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, registrou alta de 0,27% em outubro, revertendo a queda de 0,14% observada em setembro e intensificando o avanço em relação à terceira quadrissemana do mês passado, quando apresentou alta de 0,18%.

O resultado de outubro apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) veio dentro das expectativas de 12 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, que previam acréscimo de 0,25% a 0,40%, mas ficou abaixo da mediana das projeções, de alta de 0,30%.

Entre janeiro e outubro, o índice da Fipe acumulou inflação de 5,62%. No período de 12 meses encerrado em outubro, a inflação ficou em 7,61%. A taxa mostra desaceleração ante os 12 meses até setembro, quando o IPC subiu 8,26%.

Em outubro, os preços de Alimentação caíram 0,27%, após mostrarem queda bem mais acentuada no mês anterior, de 1,09%.

Além disso, os custos de três dos sete componentes do IPC avançaram com mais força no mês passado. Foi o caso de Habitação (de +0,16% em setembro para +0,20% em outubro), Transportes (de +0,24% para +0,71%) e Educação (de +0,01% para +0,06%).

Já as Despesas Pessoais tiveram alta de 0,86% em outubro, contrastando com a queda de 0,34% verificada em setembro.

Por outro lado, os preços de vestuário aumentaram em ritmo mais lento no mês passado, de 0,32%, após o ganho de 0,84% visto em setembro. Já os preços de Saúde avançaram 0,56% em outubro, repetindo a variação do mês anterior.

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC em outubro:

Habitação: 0,20%  
Alimentação: -0,27%  
Transportes: 0,71%  
Despesas Pessoais: 0,86%  
Saúde: 0,56%  
Vestuário: 0,32%  
Educação: 0,06%  
Índice Geral: 0,27%

## **Brasil já completou ajuste nas contas externas, diz Ipea**

04/11/2016 – Tribuna PR

O déficit em transações correntes caminha para fechar o ano em torno de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Nos 12 meses encerrados em setembro, o déficit ficou em 1,3% do PIB, nível inferior à média histórica, que é de 1,8% do PIB, ressaltou o instituto na Carta de Conjuntura divulgada nesta quinta-feira.

“Não é exagero afirmar que o país já ‘completou’ o ajuste de suas contas externas, no sentido em que o déficit em transações correntes já atingiu nível inferior à sua média

histórica”, defende Fernando José Paiva Ribeiro, autor do documento e técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

No acumulado de janeiro a setembro de 2016, o déficit em transações correntes ficou em US\$ 13,6 bilhões, uma redução de mais de 70% em comparação ao mesmo período de 2015, que já estava 33,5% inferior em relação ao período de janeiro a setembro de 2014.

“Contudo, já há sinais de certa estabilização do déficit na margem”, ponderou o autor.

A redução é explicada, sobretudo, pelo aumento do superávit comercial. O Ipea lembra que a balança comercial brasileira vem registrando superávits da ordem de US\$ 3 bilhões a US\$ 5 bilhões ao mês desde o final de 2015.

No acumulado de janeiro a outubro, o superávit alcançou US\$ 38,5 bilhões, três vezes mais que no mesmo período do ano anterior. Mas a melhora é explicada por uma queda acentuada das importações, o que compensa o desempenho também negativo das exportações.

“Os dados dessazonalizados mais recentes sugerem, contudo, que está havendo certa estabilização das importações e uma nova queda nas exportações, levando à redução dos saldos comerciais”, observou o estudo.

## **Vice-Presidente de Marketing da Neodent é indicado para o Prêmio da ADVB/PR**

04/11/2016 – Bem Paraná



Pablo Prado, vice-presidente de Marketing da Neodent, é um dos três indicados para a premiação “Personalidades ADVB-PR” que concorrem à seleção de “Personalidades de Marketing”.

O prêmio é um reconhecimento da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – Seção Paraná (ADVB-PR), que tem por objetivo homenagear empresários, gestores e executivos paranaenses que conquistaram destaque no ano.

Pablo esteve à frente da criação do novo posicionamento de marca da empresa, que continua crescendo no mercado brasileiro em 2016 e chega com grande sucesso nos mercados internacionais, mantendo uma forte identidade e tornando-se uma multinacional com clientes espalhados nos cinco continentes.

Entre os mais de cem profissionais indicados ao prêmio, pelo público, ele está entre os três finalistas na categoria, cujo resultado final será divulgado no dia 10 de novembro, logo após a palestra do presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, no Teatro da FAE Business School.



## **O MERCADO NÃO ESTÁ PRA PEIXE, MAS TÁ BOM PRA CACHORRO**

**Bianca de Fraga**, empresária que comanda a Lav Zoo desde 2014, que na época era a primeira lavanderia para animais Brasil, comemora o sucesso dos negócios. Logo veio a concorrência e, hoje, o mercado Pet está em franco crescimento.

Em dois anos e meio de trabalho, a Lav Zoo criou muitos serviços exclusivos para o mercado Pet: locação de toalhas para *pet shops* e clínicas veterinárias, lavagem e higienização de todas as peças utilizadas por gatos, cachorros, cavalos e gado de exposição (caminhas, roupinhas, brinquedos, mantas, caixas de transportes, etc); reparos e reformas das peças, camas reserva (para quando a cama está sendo higienizada e o pet não tem outra opção para dormir); toalhas descartáveis de todos os tamanhos oferecidas para hospitais e clínicas, pet shop e público final, laudo técnico para comprovar a total assepsia de peças que serão transportadas para outros países (seja avião, trem ou navio).

Bianca e sua Lav Zoo são exemplos de como enxergar o mercado e criar demanda para as necessidades e assim se fortalecer.

---

## **BALANÇO**

**Fernando Rosolem**, gerente da Serasa Experian Marketing Services, anunciou que a empresa disponibilizará gratuitamente o Calendário de Datas Comemorativas para Campanhas Sazonais. O material alia datas tradicionais, como Dia das Mães e dos Pais, com outras que ganharam importância nos últimos anos, como a Black Friday e sua extensão Cyber Monday. O objetivo é auxiliar os profissionais no planejamento anual de campanhas e ações sazonais. O material está disponível para download no blog People S/A.

\*\*\*

**Mauro Lissoni**, diretor de jornalismo e conteúdo da Rede Massa | SBT, comemora o recebimento de vários prêmios de jornalismo para a emissora, tanto no Paraná como a nível nacional. Só neste mês, a afiliada do SBT recebeu o primeiro lugar em dois importantes prêmios da área, o 10º Prêmio Sangue Bom, do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, e o Prêmio Estácio de Jornalismo, um dos mais importantes do País na categoria.

## **Benefício refeição não dura até o final do mês para 81% dos trabalhadores**

04/11/2016 – Be Paraná



Milhões de brasileiros recebem o benefício refeição de seus empregadores. Entretanto, o valor mensal recebido não dura até o final do mês para 81,51% dos trabalhadores, segundo levantamento realizado pela Sodexo Benefícios e Incentivos, líder mundial em qualidade de vida, com 1.186 entrevistados em todo o Brasil.

Entre os motivos para que o benefício não dure até fim do mês, 42,81% declaram que o valor que recebem de seus empregadores como benefício refeição é baixo, enquanto 40,5% dos entrevistados apontam como causa os preços elevados das refeições próximas ao local de trabalho, e 16,68% reconhecem que utilizam o vale-refeição também nos finais de semana, o que contribui para o término do saldo antes do tempo, na medida em que o benefício é calculado em função dos dias úteis de trabalho.

O levantamento da Sodexo Benefícios e Incentivos mostrou também que, quando o benefício acaba antes do previsto, 50,98% dos trabalhadores escolhem restaurantes mais baratos e pagam com seu próprio dinheiro. Já 40,92% optam, nesses casos, por levar marmita para o trabalho, e 6,35% abrem conta no restaurante e pagam quando recebem novamente o benefício. Apenas 1,75% pedem para um amigo pagar suas refeições até receberem o benefício.

Por outro lado, os 18,49% de respondentes para os quais o benefício dura até o final do mês dizem que procuram comer sempre em restaurantes mais baratos (59,91%), usam o benefício exclusivamente para as refeições que fazem durante o horário de trabalho (21,70%) ou então contam com restaurantes com preços acessíveis próximos ao local do trabalho (18,40%).

Segundo Fernando Cosenza, diretor de Sustentabilidade da Sodexo Benefícios e Incentivos, a pesquisa confirma dados já conhecidos. "Diante do cenário, o usuário do benefício refeição deve gerenciar seu saldo de uma forma mais consciente, lidando com o valor do seu benefício da mesma forma que ele lida com o seu saldo bancário. Buscar o melhor custo benefício na refeição também é importante.

Para ajudar seus usuários nesse desafio, a Sodexo oferece o Sodexo Club,, clube de vantagens e descontos exclusivos para os usuários de nossos cartões, e o site, que auxilia as empresas na identificação do valor mais adequado do benefício a ser oferecido às suas equipes", comenta o Diretor.

O levantamento realizado com a Sodexo Benefícios e Incentivos faz parte da postura de estar sempre em busca da melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. A companhia realiza várias ações para ajudar seus mais de 6,4 milhões de usuários na otimização dos valores do benefício refeição que recebem de seus empregadores.

## **PEC do Teto deve aumentar desigualdade social, dizem economistas**

04/11/2016 – Bem Paraná

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55/2016) que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos à correção da inflação do ano anterior deverá aumentar a desigualdade social no país e impactar as políticas sociais, na avaliação de economistas que participaram nesta quinta-feira (3) de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado.

Para a professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Esther Dweck, a PEC está baseada em um diagnóstico equivocado sobre a situação fiscal do país e vai piorar a distribuição de renda e a possibilidade de recuperação da economia.

"A política fiscal é crucial para a distribuição de renda. A distribuição de renda não se dá pelo sistema produtivo. Ela se dá pela capacidade que os estados têm de arrecadar parte da renda que foi gerada na economia e redistribuir essa renda", avaliou Esther, ex-secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Para a economista, o governo precisa intervir na desaceleração econômica e não cortar mais despesas. Ela argumenta que a crise fiscal não é resultado de um crescimento

maior de despesas, mas de queda na receita por causa da diminuição da arrecadação, decorrente da crise econômica.

“A PEC não trata de arrecadação, não trata de pagamento de juros [da dívida] e não trata de retomada do crescimento. Ao contrário, ela tende a piorar a retomada do crescimento. Os únicos alvos da PEC são as despesas primárias, que, no Brasil, são justamente o principal elemento de distribuição de renda que a gente teve nos últimos tempos”, afirmou a professora da UFRJ.

Segundo a ex-secretária de Orçamento, a PEC propõe um corte sistemático das despesas em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo Brasil, o que vai afetar as despesas sociais.

“A ideia é que se reduzam em torno de 0,5% do PIB ao ano as despesas primárias [...]. O que mais cresceu nos últimos anos foram as despesas sociais. No caso de saúde e educação, em relação aos mínimos, a gente antes tinha um percentual fixo de receitas e agora eles necessariamente vão cair.”

### **Conselho Federal de Economia**

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Júlio Miragaya, reconhece a necessidade de o Brasil retomar o quanto antes o crescimento econômico.

“Evidentemente, todos estão cientes das consequências sociais que a recessão econômica tem provocado nas pessoas, particularmente o elevado índice de desemprego. Mas esse crescimento não pode se dar a qualquer preço. Ele tem que preservar a inclusão social e avançar na distribuição social e espacial da renda”, disse. Para o Cofecon, os gastos públicos primários da União têm contribuído para diminuir as desigualdades, o que pode ser comprometido com o atual formato da PEC 55.

“O Brasil persiste como um dos países de maior desigualdade social e o principal mecanismo da concentração da renda e da riqueza é nosso modelo tributário, altamente regressivo, economicamente irracional e socialmente injusto. Nós tributamos o consumo e a produção. Economicamente, isso é irracional. Os países, no mundo inteiro, tributam a renda e a riqueza e, aí, passa a ser socialmente justo. Nós adotamos um caminho inverso”, afirmou Miragaya.

Para o economista, em vez de debater a reforma tributária, o governo traça um falso diagnóstico para a crise, identificando “uma suposta e inexistente ganância do setor público, responsabilizando despesas com saúde, educação, previdência e assistência social pelo aumento do déficit”.

“Dessa forma, omite as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública, responsáveis por 80% do déficit nominal – no último ano, porque anteriormente era mais ainda, até porque tínhamos superávit primário –, as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita”, destacou o presidente do Cofecon.

“Para buscar o reequilíbrio das contas públicas, o governo Temer propõe um conjunto de ações cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável, sendo a PEC 55 uma das principais”.

### **Governo**

O Ministério da Fazenda foi convidado para participar da audiência na CAE, mas não enviou representante.

A PEC do Teto propõe um novo regime fiscal para o país, em que o aumento dos gastos públicos, em um ano, esteja limitado pela inflação do ano anterior. O governo, autor da proposta, defende a medida como fundamental para o controle da dívida pública e



a retomada de confiança na economia e nega que ela vá retirar recursos de áreas como saúde e educação.

O relator da PEC 55/2016 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou na terça-feira (1º) parecer favorável à aprovação do texto na Casa. Eunício manteve o texto original que veio da Câmara para que a proposta não tenha que voltar para a análise dos deputados. O objetivo é que a PEC entre em vigor o mais breve possível.

Eunício afirmou que a proposta não vai cortar gastos de áreas como saúde e educação. "Nem saúde nem educação perdem recursos. É balela dizer que essa PEC corta gastos. Ela não corta um centavo ao nível de hoje. Ela disciplina gastos para o futuro: começa pelo piso que gasta hoje e corrige pela inflação do ano anterior", disse.

O texto foi aprovado em dois turnos pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado na semana passada. Na Câmara, a PEC tramitou com o número 241 e, no Senado, ganhou o número 55.

### **Decisão no STF pode mudar contratação no ano que vem**

04/11/2016 – Folha de S. Paulo

Um julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que, na prática, pode possibilitar a terceirização do trabalho, tem feito empresas buscarem seus advogados para tomar decisões sobre contratações.

Mercado para o dia 9 deste mês, o processo vai determinar se é constitucional a súmula da Justiça do Trabalho que estabeleceu que os contratantes só podem terceirizar atividades-meio.

"Todas as empresas que terceirizam atividade-fim ou meio estão interessadas", diz Thais Galo, do Pinheiro Neto.

Até companhias que ainda não atuam no país estão atentas ao caso, segundo Cássia Pizzotti, sócia do Demarest.

"Tivemos uma cliente líder em seu mercado que ia adquirir uma empresa com mais de 20 mil empregados, mas que optou por outro país em decorrência da insegurança na Justiça do Trabalho."

Se a Corte determinar que os juízes trabalhistas extrapolaram sua atribuição, a discussão do projeto de lei sobre o mesmo tema, atualmente no Senado, se esvazia, afirma Solon Cunha, sócio do setor do escritório Mattos Filho.

Se os ministros decidirem que a súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho) é constitucional, a situação atual não se altera.

"Nossa orientação tem sido esperar o julgamento para tomar decisões a respeito de contratar em 2017, pois a terceirização é um fator importante", afirma Cunha.

### **Fluxo de capital para o Brasil deve crescer e atingir US\$ 120 bi em 2017**

04/11/2016 – Bem Paraná

O fluxo de capital estrangeiro aplicado no Brasil deve continuar crescendo e atingir US\$ 120 bilhões em 2017, aumento de 9,1% em relação aos US\$ 110 bilhões projetados neste ano, segundo relatório do IIF (Instituto de Finanças Internacionais), divulgado nesta quinta-feira (3). Segundo o IIF, o Brasil responderá por mais da

metade dos US\$ 237 bilhões que fluirão para a América Latina no próximo ano, conforme o governo do presidente Michel Temer avança com as reformas fiscais e a economia se recupera da forte recessão em que se encontra.

A aprovação de reformas fiscais e o aumento da coordenação de políticas monetárias e fiscais vão impulsionar a entrada de recursos estrangeiros, que serão alocados principalmente no mercado de ações, afirma o instituto.

Já o investimento estrangeiro em renda fixa deve arrefecer, conforme os juros dessas aplicações diminuem acompanhando o processo de queda da taxa de juros Selic realizado pelo Banco Central. Em reportagem desta quinta (3), a Folha de S.Paulo mostra que, com crédito caro na praça e a melhora nas expectativas em relação à economia, as empresas brasileiras aceleram planos de lançar ações.

Há riscos ao cenário previsto, alerta o IIF. Entre eles recuos na consolidação da política fiscal e o aumento da instabilidade financeira global por causa do aumento de juros nos Estados Unidos. Segundo o instituto, o governo Temer está fazendo um bom progresso nos esforços para implementar um teto para o crescimento dos gastos públicos.

A aprovação do teto de gastos e da reforma da Previdência são essenciais para aumentar a confiança, sustentando o afrouxamento da política monetária, melhorando a dinâmica da dívida pública e impulsionando o fluxo de capital não-residente ao Brasil.

**EMERGENTES E DESENVOLVIDOS** O relatório do IIF estima que o capital não-residente aumentará nos mercados emergentes gradativamente nos próximos trimestres e somará US\$ 769 bilhões em 2017, aumento de 20,2% ante os US\$ 640 bilhões registrados neste ano.

O maior aumento de fluxo será registrado pelos emergentes asiáticos, com salto de 397,1%, passando de US\$ 70 bilhões neste ano para US\$ 348 bilhões no próximo. Só China e Índia receberiam, respectivamente, US\$ 40 bilhões e US\$ 32 bilhões. Os fluxos de saída de residentes devem somar US\$ 206 bilhões no próximo ano, queda de 44,8% em relação aos US\$ 373 bilhões projetados neste ano.

A China é e continuará sendo a principal fonte de envios de recursos de residentes para o exterior, afirma o instituto. As baixas taxas de juros praticadas em países desenvolvidos são apontadas como um dos principais motivos para a volta de estrangeiros aos emergentes.

A isso soma-se a atuação mais "pacifista" dos principais bancos centrais do mundo, mais preocupados com desemprego e crescimento do que com efeitos da inflação nas economias no médio e longo prazos.

**JUROS E O RISCO TRUMP** Nesse contexto, o aumento de juros nos Estados Unidos previsto para a reunião de dezembro do Federal Reserve (Fed, banco central americano) deve desafiar esse cenário, com parte dos investidores preferindo a solidez de mercados mais desenvolvidos ao risco representado por emergentes.

O IIF projeta um aumento em dezembro e outros dois durante 2017 inteiro, em linha com o Fomc (comitê de política monetária do BC americano). Um ritmo de alta mais intenso nos juros americanos e uma perda de confiança na capacidade da China de manter sua economia em um caminho estável são alguns dos fatores que podem turvar as projeções, segundo o relatório.

Além disso, crises políticas nos países desenvolvidos e emergentes também podem provocar volatilidade, afirma o IIF. O maior perigo vem da Europa, diz. Além do "brexit", a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia, há eleições gerais em

Holanda, França e Alemanha. Mas o relatório dedica uma página inteira ao "risco Trump", com a possibilidade de o republicano Donald Trump ser eleito presidente dos Estados Unidos sendo vista como potencial risco aos emergentes.

O candidato já anunciou a intenção de renegociar acordos comerciais que podem ter impacto direto em volumes exportados aos EUA -só o México tem cerca de 80% de suas exportações direcionadas ao país vizinho.

O instituto, porém, afirma que, independentemente do candidato eleito -Trump disputa o cargo com a democrata Hillary Clinton-, o risco político associado aos EUA vai continuar elevado, pois ambos têm forte rejeição e os partidos terão que enfrentar uma classe média descontente.

## **Fundo de investimentos do FGTS quer vender participação em empresas**

04/11/2016 – Folha de S. Paulo



O FI-FGTS, o bilionário fundo que aplica em infraestrutura recursos do trabalhador, está vendendo participações em empresas que podem render R\$ 4 bilhões. O dinheiro será usado nos leilões do PPI (Programa de Parceria em Investimentos).

A decisão faz parte das novas diretrizes que serão submetidas ao comitê de investimento do fundo neste mês. No entanto, a Caixa, responsável pela gestão desses recursos, já conversa com potenciais compradores.

Considerados "maduros" -porque estão garantindo retorno ao acionista e poderiam seguir adiante sem o fundo participando do comando-, esses projetos hoje representam 30% do patrimônio do FI-FGTS -que é de R\$ 32 bilhões. A nova diretriz de investimento do fundo é baixar esse índice para 10% -R\$ 3 bilhões.

A participação na Alupar Investimentos é uma das que estão à venda. Desde 2009, quando o FI-FGTS comprou 18% da empresa, ela já abriu o capital na Bolsa e vem se expandindo no ramo de geração e transmissão. Hoje, tem seis hidrelétricas e mais de 22 linhas de transmissão, carros-chefe de um negócio que gera receitas anuais de R\$ 1,5 bilhão. A venda da Alupar poderia render R\$ 450 milhões.

Na prática, a saída da Alupar já começou. Neste ano, a própria companhia comprou participações minoritárias do FI-FGTS nas suas pequenas centrais hidrelétricas -algo em torno de R\$ 30 milhões.

Também estão à venda os cerca de 5% do fundo na hidrelétrica de Santo Antônio (RO), hoje avaliada em R\$ 800 milhões pelo mercado.

O projeto consumiu mais de R\$ 2,5 bilhões em investimentos do FI-FGTS, desde 2009. De lá para cá, houve problemas que exigiram mais recursos dos sócios e culminaram com o envolvimento da Odebrecht -líder do projeto- na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O fundo também vai se retirar de empresas que hoje têm cláusula de saída ("put option"), como a J.Malucelli Energia, em que investiu R\$ 300 milhões, em 2009. Esses prazos contratuais de venda de participação começam a vencer neste ano e, pelas regras, a companhia deve comprar a fatia do FI-FGTS.

Também devem ser vendidas as ações do Banco do Brasil recebidas em garantia pelas perdas do investimento na Sete Brasil, empresa de sondas da Petrobras que está em recuperação judicial. Com a valorização dos papéis, o fundo mais que cobriu o investimento realizado. A venda deve ser feita em etapas e movimentar cerca de R\$ 2 bilhões.

## **LEILÕES**

Se todas as vendas forem aprovadas pelo comitê de investimento do FI-FGTS, será possível levantar R\$ 4 bilhões. Com esse dinheiro, o fundo não precisará contar com os R\$ 5 bilhões adicionais que o conselho curador do FGTS já aprovou para a nova rodada de financiamentos anunciados pelo Programa de Parcerias de Investimentos).

Como a Folha revelou em setembro, as novas diretrizes do fundo vetarão investimentos em participações de empresas. A partir de agora, o FI-FGTS só vai liberar financiamentos para projetos, exigindo pelo menos 20% de participação direta do empreendedor, que poderá emitir debêntures (títulos de dívida) no mercado.

O limite do FI-FGTS será de até 50% do valor do projeto. Também serão exigidas garantias firmes contratadas por bancos privados para a fase pré-operacional dos empreendimentos (prazo em que as obras são feitas e, por isso, não geram receita).

A Caixa disse que cabe ao comitê de investimento do FI-FGTS a deliberação de cada proposta de desinvestimento. O banco afirmou que "eventual matéria nesse sentido [venda de participações] será de conhecimento via publicação da pauta da reunião [do comitê], disponibilizada no site do FGTS.

## **Mercado: Fiat Toro ganha motor TigerShark 2.4 Flex**

04/11/2016 – GS Notícias

O Fiat Toro chegou no primeiro semestre deste ano para satisfazer as pessoas que procuravam um veículo que reunisse todas as características de um SUV, o conforto de um automóvel e a praticidade de uma picape com capacidade para cinco pessoas e uma tonelada.

A resposta do consumidor chegou logo: o Fiat Toro é sucesso absoluto de vendas desde o seu lançamento, superando a marca de 30 mil unidades/vendidas em todo o Brasil, e conquistando o segundo lugar no ranking de vendas de comerciais leves, atrás somente de outro produto de muito sucesso da marca, o Fiat Strada.

Mesmo com todo esse resultado, ainda no seu ano de lançamento, a Fiat lança o Toro Freedom 2.4 Flex AT9, equipada com o revolucionário motor global da Fiat Chrysler Automobiles FCA, o 2.4 Tigershark Multiair Flex 16V, de última geração, que rende 186 cv de potência e elevados 24,9 kgfm de torque.

Para acompanhar este potente propulsor, a nova versão conta ainda com o câmbio automático de nove velocidades, inédito entre as picapes cabine dupla flex e sistema Start amp; Stop para melhorar ainda mais os índices de consumo de combustível.

O Toro Freedom 2.4 Flex AT9 não traz só um novo motor, mas conta ainda com novas tecnologias. São elas:

- HCSS Heated Cold Start System. Um novo recurso desenvolvido pela Magnetti Marelli que dispensa o reservatório de gasolina suplementar para partida a frio em um sistema flex.

- Start/Stop - um sistema que tem como objetivo a economia de combustível, chegando até 20% de combustível em trânsito urbano congestionado, e a redução da emissão de gases poluentes. O sistema desliga o motor de forma instantânea quando o carro encontra-se parado e volta a ligá-lo automaticamente quando o motorista aciona novamente o acelerador.

- Tecla Sport - localizada no centro do painel, muda o mapa de calibração do motor, deixando a picafe mais ágil e com um comportamento mais esportivo.

As novidades deste novo modelo não param por aí. Além de todos os itens de série da Freedom 1.8 Flex, ela ganha capota marítima, retrovisores elétricos, brake light, luz de caçamba, sensor de pressão nos pneus, volante em couro + tecla áudio + borboletas para as trocas de marchas, rodas "Super Spoke" de 16 polegadas, além da nova cor perolizada exclusiva para a versão, a Branco Polar.

O consumidor do Fiat Toro Freedom 2.4 Flex AT9 poderá deixá-lo ainda mais completo com itens opcionais, como teto solar elétrico, barras longitudinais no teto, faróis de neblina, bancos revestidos parcialmente em couro, sensor de chuva, sensor crepuscular, retrovisor interno eletrocromico, câmara de ré, Uconnect Touch Nav 5" central multimídia com tela de 5", navegação GPS, comandos de voz Bluetooth, áudio Streaming, entrada aux, porta USB, MP3 e rádio AM/FM, rodas de liga leve 6.5 x 17" + pneus de uso misto, mais side bags dianteiros, window bags e knee bag air bag de joelho motorista.

Novo motor 2.4 Flex Tigershark

O nome Tigershark é uma homenagem ao feroz Tubarão Tigre e também a um avião caça-bombardeiro americano. Para justificar a agressiva denominação, este 2.4 traz o que há de mais atual em tecnologia e construção.

Este novo e potente motor flexível quatro cilindros 2.4 litros de 16 válvulas da família Tigershark é produzido no México, na nova fábrica de motores de Saltillo, de onde também saem os poderosos motores V8 da FCA HEMI 5.7 e Hellcat 6.2. Ele chega para atender aos clientes que procuram o máximo de potência e desempenho em um motor flex.

Um motor inteiramente em alumínio, inclusive o bloco, para menor peso e melhor troca de calor. Os quatro pistões de altura reduzida contam com pinos flutuantes, além de revestimento especial Diamond-Like Carbon, tudo para reduzir o atrito interno.

Estes pistões se ligam a um virabrequim forjado, de maior resistência e durabilidade. Aliás, todos os componentes internos deste motor foram especialmente projetados para trabalhar com o Start/Stop que, com múltiplas partidas no trânsito urbano, exige mais das especificações do motor.

Vários outros componentes foram aperfeiçoados, tanto para diminuir consumo como para aumentar rendimento do motor. O motor Tigershark 2.4, além de maximizado para durabilidade, foi projetado para tirar o máximo proveito da combustão através do revolucionário e exclusivo sistema MultiAir2, responsável por variar o tempo e abertura das válvulas de admissão por um sistema eletro-hidráulico comandado pelo gerenciamento eletrônico do motor. Este sistema melhora a eficiência da queima do combustível e reduz as emissões de escape.

- Bobinas de ignição aplicadas diretamente nas velas, que tem eletrodos de platina e

irídio.

- Ventilador do radiador e bomba de combustível, que contam com gerenciamento eletrônico tipo PWM.
- Alternador inteligente, que aproveita momentos de desaceleração ou frenagem do veículo para recarregar a bateria com mais intensidade, economizando combustível.
- Comando de válvulas acionado por corrente metálica extremamente silenciosa e durável, não necessitando de reposição.
- Correia Poli-V secundária dos órgãos auxiliares conta com tensionador automático.

O resultado de tudo isto, é uma potência elevada 186 cv a 6.400 rpm, com etanol / 174cv, com gasolina, superior à de concorrentes até de maior cilindrada. E a apenas 2.000 rpm já se tem 91% de seu torque máximo 24,9 kgfm a 4.000 rpm, etanol / 23,5 kgfm, gasolina.

Todo este trabalho torna o Fiat Toro 2.4 Flex extremamente agradável de dirigir devido à sua potência e ao baixo nível de ruído interno, já que o motor rende bem também em baixa rotação. Ele ainda se destaca pela economia de combustível e por atender aos padrões de emissões não só no Brasil, como também nos Estados Unidos e Europa.

### **Renault confirma que vai montar carros no Paquistão**

04/11/2016 – Automotive Business

A Renault vai investir na montagem de veículos no Paquistão, com início da operação previsto para 2018. A informação é da agência Reuters. O gabinete do primeiro ministro do país, Nawaz Sharif, divulgou nota para anunciar a instalação local de planta da companhia. Diante do anúncio, representantes da montadora confirmaram o projeto.

A ideia é desenvolver a marca no Paquistão em parceria com empresas locais. A montagem dos carros deve acontecer em uma planta do grupo Ghandara. Nem o governo paquistanês, nem a montadora divulgaram mais detalhes sobre o acordo.

A instalação da Renault é uma vitória para o país, que há algum tempo concentra esforços em atrair fabricantes de veículos oferecendo descontos em tarifas de importação. Apesar do empenho, as empresas permanecem receosas em firmar operações ali por causa da instabilidade política e por questões de segurança. Representantes da Volkswagen, Grupo PSA, FCA e Nissan já participaram de reuniões com autoridades do país, mas nenhuma decisão foi anunciada.

### **Reino Unido precisará oferecer incentivos às montadoras**

04/11/2016 – Automotive Business



O Reino Unido está empenhado em manter robusta a indústria automotiva instalada ali mesmo após a Brexit, a polêmica decisão da nação de sair da União Europeia. O governo da região terá de oferecer uma série de incentivos e desonerações às montadoras que produzem e exportam veículos a partir dali.

Estimativa feita por analistas consultados pela agência Reuters aponta que, para surtir resultados, estes estímulos precisarão superar a cifra gasta por estas empresas com os salários dos trabalhadores de suas operações britânicas.

Ainda que saia caro, a concessão de incentivos parece ser o único caminho para que

o Reino Unido mantenha as dimensões atuais da indústria automotiva local. Sem um acordo de livre comércio, os carros feitos ali vão esbarrar na alíquota de 10% cobrada pela União Europeia para a entrada de veículos fabricados fora do bloco.

A Nissan, uma das poucas marcas estrangeiras a produzir carros na Inglaterra, já avisou que só se comprometerá a fazer novos investimentos na região se tiver garantia de que receberá alguma compensação.

Em uma conta simples, a empresa, que exporta £ 2,9 bilhões anualmente do Reino Unido, teria custo adicional de £ 290 milhões para entregar os veículos na Europa. O montante supera o gasto da companhia com salários na região, que somou £ 288 milhões em 2015.

Diante da ameaça, a primeira ministra britânica, Theresa May, assegurou que o governo dará suporte para assegurar que os veículos feitos ali permaneçam competitivos no mercado europeu. Diante disso, a companhia firmou acordo para produzir novos modelos em sua fábrica inglesa. Os detalhes do entendimento entre montadora e governo, no entanto, não foram revelados.

O problema enfrentado pela Nissan se repete em toda a indústria automotiva britânica. A Reuters examinou dados das oito maiores exportadoras de carros, incluindo Mini, Jaguar Land Rover e Honda, e concluiu que estas companhias gastariam em tarifas de exportação mais do que é dedicado hoje a pagar salários dos trabalhadores de suas operações na região.

Se o acordo com a Nissan compensou estes custos, o governo precisará encontrar uma maneira de oferecer incentivos equivalentes para as outras montadoras.

## **Aço e minério de ferro sobem na China com demanda firme**

04/11/2016 – DCI

Os contratos futuros do aço subiram mais de 2 por cento na bolsa de Xangai nesta quinta-feira, atingindo o maior nível desde abril, sustentados por uma firme demanda na China, que eleva ainda mais os preços do minério de ferro no mercado à vista.

Os estoques de produtos de aço em siderúrgicas integrantes da Associação de Ferro e Aço da China caíram 1,9 por cento para 13,61 milhões de toneladas em 20 de outubro, na comparação com 10 de outubro, disse o Morgan Stanley.

Ao mesmo tempo, a média diária de produção de aço bruto entre as usinas associadas ficou em 1,72 milhão de toneladas no período entre 11 e 20 de outubro, queda de 1,3 por cento ante os 10 dias anteriores.

"A queda nos níveis de estoques sugere que a demanda se mantém intacta. Nós esperamos que as siderúrgicas aumentem ainda mais seus preços em resposta ao aperto de margens", disseram analistas do Morgan Stanley, em nota.

O vergalhão de aço, usado na construção civil, fechou em alta de 2,4 por cento nesta quinta-feira na bolsa de Xangai, a 2.691 iuanes (398 dólares) por tonelada, após ter tocado durante a sessão uma máxima desde 25 de abril.

Novos sinais de recuperação da economia da China também melhoraram o sentimento entre investidores.

A força dos preços do aço sustentou o apetite por minério de ferro, cujo preço de referência no porto de Tianjin subiu 0,15 por cento nesta quinta-feira, para 64,50



dólares por toneladas, segundo o The Steel Index. Os preços estão no maior patamar desde 29 de abril.

O minério de ferro já acumula alta de cerca de 50 por cento este ano, superando as performance de outras commodities como o cobre e o petróleo.

### **Equatorial diz que analisa possibilidades de investimentos, inclusive nos ativos da Abengoa**

04/11/2016 – DCI

***Em comunicado, holding acrescentou que até o momento não decidiu se apresentará oferta firme pelos ativos da espanhola no Brasil***



A Equatorial Energia, holding que atua na distribuição de energia elétrica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, analisa possibilidades de investimentos em projetos ou ativos do setor, incluindo os detidos pela espanhola Abengoa, informou a empresa em comunicado ao mercado.

A empresa acrescentou, contudo, que até o momento não decidiu se apresentará oferta firme pelos ativos da Abengoa no Brasil.

A Equatorial informa, ainda, não haver qualquer estudo em andamento relativo à nova oferta primária para emissão de ações

### **ENTREVISTA: Aliança do Pacífico é melhor para o Brasil do que o Mercosul, avalia Robert Lawrence**

04/11/2016 – CNI

Para o professor de Harvard, o bloco formado por Chile, Colômbia, México e Peru deve ser considerado pelo governo brasileiro por ter um desempenho econômico melhor

“ É preciso tempo para as pessoas se ajustarem e uma política de apoio para lidar com aqueles que vão perder. No fim, as empresas e indústrias vão ter que mudar e se adaptar à nova realidade de que na economia global não é preciso ser bom em tudo, por isso os países devem conhecer e investir nas suas vantagens comparativas

Robert Lawrence  
professor de comércio internacional e  
investimento da Universidade de Harvard

O Mercosul não funciona para o Brasil, diz o professor de comércio internacional e investimento da Universidade de Harvard, Robert Lawrence. Ele explica que a união aduaneira mantém o país amarrado, mesmo com as mudanças recentes na posição da Argentina, menos hostil ao comércio exterior.

Segundo Lawrence, quando há vizinhos difíceis é muito complicado ter uma união. O professor participou do Fórum Comércio Exterior, promovido pela Confederação

Nacional da Indústria (CNI) e pela Folha de S. Paulo na terça-feira (25), em São Paulo. Em entrevista exclusiva à Agência CNI de Notícias, Lawrence fala dos desafios da economia mundial, como as mudanças estão afetando as políticas internacionais e as implicações sobre o Brasil.

“Mas é importante que vocês tenham claro que é preciso fazer uma escolha. Se o Brasil optar pelas forças do mercado, os acordos comerciais fazem sentido. Se optar pela intervenção do estado e protecionismo, não tem porque falarmos em acordos”, diz. Acompanhe:

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Qual seria a melhor estratégia para o Brasil aumentar sua participação no mercado internacional?**

**ROBERT LAWRENCE** – O desafio começa em casa. Mas o Brasil tem que escolher: quer dar forças ao mercado ou quer um governo intervencionista com medidas protecionistas? Se vocês escolherem a força do mercado, os acordos de livre comércio fazem diferença.

Se você rejeitarem isso e disserem ‘queremos o governo intervindo’, não faz sentido. A primeira escolha deve ser qual sistema doméstico vocês querem ter. O crescimento do Brasil é lento, o setor manufatureiro não está indo bem e vocês precisam se perguntar: mais concorrência é melhor?

Um outro ponto é que vocês precisam investir mais em educação, especialmente no ensino médio. As universidades públicas brasileiras são muito boas, mas apenas as elites têm acesso a elas. O Brasil precisa pensar na população mais pobre, porque elas também precisam de habilidades para o mercado de trabalho.

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – É o momento de o Brasil negociar novos acordos?**

**ROBERT LAWRENCE** – O Mercosul não funciona para vocês. É uma união aduaneira que mantém as mãos do Brasil atadas. Se vocês têm vizinhos difíceis, é muito difícil ter uma união aduaneira. A Argentina está mudando e eu acredito que será o melhor. Mas se eu fosse o Brasil, eu estaria buscando a Aliança do Pacífico, pelo menos para ver o que eles estão fazendo e se é possível se juntar a eles. Infelizmente a América Latina está dividida geopoliticamente em Atlântico e Pacífico. Precisamos de uma América única. O Brasil me parece global, o que é bom, mas precisa ter relações regionais mais fortes.

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Qual seria o efeito de relações regionais mais fortes?**

**ROBERT LAWRENCE** – Os efeitos são enormes principalmente para as pequenas e médias empresas. O comércio global pode ser importante para o crescimento delas e é mais fácil negociar com quem está no nosso continente do que ir para a Ásia, por exemplo.

E o Brasil não precisa escolher se quer negociar com a União Europeia ou com a América Latina. O acordo entre o Canadá e os Europeus quase não saiu, por causa da Bélgica. E as negociações de vocês estão bem atrasadas. Mas o Brasil tem o potencial de aumentar suas exportações para a Europa, especialmente em agricultura. Então vocês devem negociar em várias frentes, mas a política na região tem que ser a de se estar conectado.

## **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – E um acordo com os Estados Unidos? Como fica a relação Brasil-EUA pós eleições?**

**ROBERT LAWRENCE** – Não é um bom momento para se negociar com os Estados Unidos. Nós fizemos diversos acordos de livre comércio nos anos de 1990 e 2000, acabamos de fechar a Parceria Transpacífico e não estou certo de que poderemos negociar com o Brasil agora.

O que vai acontecer pós-eleição é difícil de dizer. Se você observar o Donald Trump, ele faz a negociação de acordos parecer uma competição. E não é. Se impusermos barreiras aos produtos estrangeiros, vamos encarecer os nossos insumos, o que é nocivo para o comércio em geral e incluiria o comércio com o Brasil.

A Hillary Clinton tem uma inclinação pela economia global, mas o partido democrata é contra o livre comércio. Não sabemos o que vai acontecer nem com a Parceria Transpacífico, que deve ser renegociada. E esse período de negociação vai passar por um momento de extrema incerteza.

## **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – O senhor fala do protecionismo do Brasil, mas, no momento, as economias desenvolvidas estão se fechando. O que está acontecendo com o comércio global?**

**ROBERT LAWRENCE** – O comércio global está crescendo mais ou menos igual às economias. E isso não era assim. Há cinco anos, o comércio crescia bem mais do que os PIBs.

E a rodada Doha não parece que vai acontecer, porque há grandes diferenças de posição entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Atualmente, na rodada Doha há uma clara divisão do que os desenvolvidos devem fazer e o que os países emergentes devem fazer. Precisamos de uma nova abordagem na OMC.

## **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Qual deve ser o novo papel da Organização Mundial do Comércio para favorecer o comércio global?**

**ROBERT LAWRENCE** – O embaixador Roberto Azevêdo (diretor-geral da OMC) é um bom líder que está procurando novas ideias. Nós devemos aprender com o que está acontecendo em mudanças climáticas. Nesse tema, os países assumem responsabilidades conforme suas condições. Não há divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Na OMC, devemos considerar que os países não querem ir adiante em determinados temas, então que se negocie em grupos. Uns podem avançar em investimento, então discutam investimento, outros querem acordos de serviços, que tratem dos serviços, mas que tudo seja feito dentro da OMC e não fora.

## **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – O senhor quer dizer que o fortalecimento dos acordos plurilaterais devem ser uma alternativa aos mega-acordos regionais como o Parceria Transpacífico?**

**ROBERT LAWRENCE** – Isso mesmo. Os plurilaterais são o caminho para fortalecer a OMC e, depois, negociamos as exceções.

## **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – O Brasil deve continuar apostando na OMC?**

**ROBERT LAWRENCE** – Sim, mas deve negociar acordos regionais também. Mas é importante que fique claro que o comércio cria vencedores e perdedoras, por isso, quando falamos em acordos de livre comércio há resistência. É preciso tempo para as pessoas se ajustarem e uma política de apoio para lidar com aqueles que vão perder.

No fim, as empresas e indústrias vão ter que mudar e se adaptar à nova realidade de que na economia global não é preciso ser bom em tudo, por isso os países devem conhecer e investir nas suas vantagens comparativas.

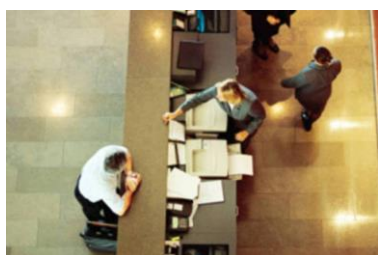
Vocês não devem ficar inseguros, só ter a humildade de que muitas tecnologias precisam ser importadas. Mas tudo isso é difícil de ser feito num ambiente de crescimento lento.

Quando a economia está crescendo, as pessoas podem encontrar outros empregos. Por isso, quando falamos em acordos de livre comércio, planejamento e esclarecimentos são importantes.

## **PMI aponta primeira alta de novos negócios em 19 meses**

04/11/2016 – Exame

***Apesar da alta nos novos negócios, setor de serviços brasileiro segue em retração, registrando nova queda em outubro***



As condições do setor de serviços do Brasil se deterioraram com força em outubro apesar do primeiro aumento em 20 meses no volume de novos negócios, de acordo os dados da pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgados nesta sexta-feira.

O IHS Markit informou que o PMI de serviços do Brasil caiu a 43,9 em outubro sobre 45,3 em setembro, com redução mais rápida e forte da produção diante da desaceleração da demanda e da recessão econômica. Leituras abaixo de 50 indicam contração da atividade.

Negociações de preços bem-sucedidas ajudaram as empresas fornecedoras da serviços a registrar aumento na entrada de novos negócios no mês passado. Ainda que o crescimento tenha sido apenas ligeiro, encerrou uma sequência de 19 meses seguidos de quedas.

“A recuperação dos novos negócios dá alívio aos fornecedores de serviços, mas muitos questionarão se isso marca o ponto de virada para o Brasil após um período prolongado de mal-estar econômico ou se foi um acontecimento pontual”, destacou a economista do Markit Pollyanna de Lima.

Os aumentos foram registrados em três das seis categorias monitoradas – Intermediação Financeira, Hotéis e Restaurantes, e Correios e Telecomunicações.

A pesquisa aponta que as empresas tiveram em outubro recursos suficientes para trabalhar em projetos novos e existentes, mas ainda assim o número de funcionários caiu de forma acentuada, pela taxa mais rápida desde junho.

Buscando reduzir custos e com reestruturações operacionais, um em cada quatro entrevistados indicou perdas de empregos.

Os custos dos insumos aumentaram no período devido às negociações salariais aliadas à alta nos preços de alimentos e das despesas gerais, explicou o IHS Markit. Ainda assim, as empresas reduziram os preços de venda pelo sétimo mês seguido, devido à fraqueza da demanda.

Apesar da debilidade das condições vistas em outubro, setor de serviços continuou mostrando otimismo, ainda que menor do que no mês anterior, com cerca de 60 por cento das empresas prevendo crescimento da atividade nos próximos 12 meses.

A perspectiva de estabilidade política, recuperação econômica e custos mais baixos de financiamento e menor pressão inflacionária dá sustentação à expectativa de recuperação. Por outro lado, os planos de contenção de gastos pelo governo pressionam a confiança.

A indústria do Brasil também permaneceu em contração no mês passado, e com isso o PMI Composto do país caiu a 44,9, sobre 46,1 em setembro, sinalizando uma forte taxa de redução na atividade do setor privado.

Em agosto, o volume do setor de serviços brasileiro registrou os piores resultados para o mês na série histórica do IBGE, com quedas de 1,6 por cento sobre o mês anterior e de 3,9 por cento na comparação anual.

## Campanha busca combater sonegação no setor de combustíveis

04/11/2016 – Exame

***Segundo o Sindicom, os agentes que atuam irregularmente usam a inadimplência como modelo de negócio***



O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) lança no próximo sábado a campanha Combustível Legal, que visa combater atividades ilícitas no setor e a sonegação fiscal, estimada pela própria associação em 2 bilhões de reais por ano.

Segundo o Sindicom, os agentes que atuam irregularmente usam a inadimplência como modelo de negócio e geralmente recorrem a uma indústria de liminares para manter suas empresas em operação.

“Na prática, são intermediários, ‘distribuidoras de sala e telefone’ que fazem compras de produtos importados e ou etanol”, disse à Reuters o presidente do Sindicom, Leonardo Gadotti, referindo-se aos segmentos em que estão localizados os principais problemas.

No caso dos combustíveis fósseis produzidos no Brasil, a Petrobras recolhe todo o imposto e sobra pouca margem de sonegação, explicou o Sindicom, enquanto nos produtos importados ou renováveis o imposto é pago por outros agentes da cadeia, não somente pelo produtor.

“O número (de 2 bilhões de reais) é muito preliminar ainda... mas serve como uma primeira noção do que se imagina como sonegação de impostos no Brasil, impostos estaduais, como ICMS, e federais”, acrescentou ele, ressaltando que os problemas

estão mais concentrados nas regiões Sul e Sudeste, que respondem pela maior parte das vendas de combustíveis no país.

Além da sonegação fiscal, o Sindicom citou a adulteração do conteúdo e da quantidade dos produtos vendidos ao consumidor como os principais atos ilegais que o país precisa enfrentar.

O sindicato busca chamar a atenção para um problema que no passado acabou tirando muitos "players" de distribuição do mercado brasileiro.

"Importante lembrar que boa parte do setor é constituído de empresas honestas, e não falo somente de associados do Sindicom", completou Gadotti, que é vice-presidente executivo de Logística, Distribuição e Trading da Raízen, joint venture entre a Shell e a Cosan.

Para ele, não é atribuição do sindicato fazer "papel de polícia", mas a entidade tem alertado as autoridades.

"Queremos alertar que, além de trazer uma competição que não é justa, ao mesmo tempo traz prejuízos para a sociedade", afirmou.

Além de veicular anúncios em jornais e revistas, lançar um site e criar páginas nas redes sociais, o programa Combustível Legal estimulará o debate em diferentes fóruns e contribuirá com as autoridades na busca de meios que permitam coibir as práticas ilegais, informou o Sindicom.

As associadas do grupo respondem por aproximadamente 80 por cento do volume de distribuição de combustíveis e lubrificantes no Brasil.

### **Norma Brasileira de Contabilidade que trata da contabilidade de pequenas e médias empresas é alterada**

04/11/2016 – Portal Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade publicou nessa semana a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1000 (R1), que altera a NBC TG 1000 que dispõe sobre a contabilidade de pequenas e médias empresas.

A Norma atualizou o título Introdução, as seções 1, 2, 4 a 6, 9 a 12, 14 a 22, 26 a 30, 33 a 35 e o Apêndice – Glossário de termos da NBC TG 1000.

Foi incluído, por exemplo, o item 1.7 na seção 1 para assim dispor:

"A controladora (incluindo a controladora final ou qualquer controladora intermediária) avalia sua elegibilidade para utilizar esta norma em suas demonstrações contábeis separadas com base em sua própria situação, sem considerar se outras entidades do grupo têm, ou se o grupo como um todo tem, obrigatoriedade de prestação pública de contas.

Se a controladora não tem obrigatoriedade de prestação pública de contas, ela pode apresentar suas demonstrações contábeis separadas de acordo com esta norma (ver Seção 9 – Demonstrações Consolidadas e Separadas), mesmo se apresentar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas completas ou outro conjunto de princípios contábeis, tais como suas normas contábeis nacionais. Quaisquer demonstrações contábeis elaboradas de acordo com esta norma devem ser claramente diferenciadas das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com outros requisitos."